



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa  
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 37/2015**  
**Período: 10/10/2015 – 16/10/2015**

**GEDES – UNESP**

- 1- Periódico alertou para o risco do uso indevido de drones e lasers em imediações de aeroporto
- 2- Em coluna opinativa, jornalista fez um panorama histórico sobre o sigilo de documentos no Brasil e suas consequências para a democracia
- 3- Comandante do Exército declarou que a instituição terá que agir no caso de uma crise social
- 4- Coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra faleceu em Brasília

1- Periódico alertou para o risco de uso indevido de drones e lasers em imediações de aeroporto

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, direcionar feixes de raios laser para aviões e circular com drones próximo ao Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, localizado na capital federal Brasília, é considerado crime. Estes equipamentos prejudicam os pilotos das aeronaves, principalmente, em procedimentos complexos, como pouso e decolagem, visto que o feixe de luz emitido pelo laser pode provocar cegueira instantânea e queimaduras na retina, possibilitando a ocorrência tragédias. Os drones, caso entrem em contato com as turbinas, podem levar o motor a parar de funcionar. Segundo o periódico, “a lei prevê pena de 2 a 5 anos de prisão para quem dificulta ou impede a circulação de transportes aéreos ou marítimos”. O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) da Força Aérea Brasileira (FAB) registrou, durante o ano de 2014, 45 incidentes envolvendo lasers nas proximidades do aeroporto, sendo que em 38 dos casos o piloto preparava-se para o pouso e em 7, para a decolagem. Até o presente momento, o Cenipa não documentou nenhuma ocorrência com drones. De acordo com o jornal, há duas possibilidades de manuseio de drones no Brasil, como informou a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac): para aeromodelismo, que contempla o uso recreativo do objeto, e para fins científicos, tais como pesquisas. Segundo o major aviador Murillo Boery, oficial de investigação em segurança de voo da Divisão Operacional do Cenipa, na maioria dos casos, os lasers são utilizados por crianças, visto que essas não têm consciência dos danos que o objeto causaria. Além da elaboração dos dados estatísticos, o trabalho do Cenipa visa à prevenção e a conscientização. No ano de 2013, o órgão elaborou uma campanha que tinha como objetivo informar, por meio de revistas em quadrinhos, o público infantil acerca dos perigos dos raios lasers. Já na campanha atual, o foco passou a ser “alertar as crianças sobre os perigos das aves próximas aos aeroportos”. De acordo com o jornal, qualquer ingerência no

espaço aéreo brasileiro é de responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), órgão subordinado ao Ministério da Defesa e ao Comando da Aeronáutica. (Correio Braziliense – Cidades – 10/10/15)

## 2- Em coluna opinativa, jornalista fez um panorama histórico sobre o sigilo de documentos no Brasil e suas consequências para a democracia

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Lucas Figueiredo, jornalista e pesquisador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), questionou a transparência do governo brasileiro em relação aos documentos do regime militar (1964-1985). Para Figueiredo o Brasil preserva um ranço profundo e resistente do regime militar, pois a pouco mais de 40 anos as Forças Armadas iniciaram o processo de microfilmagem de seus arquivos, prevendo que no futuro necessitariam de um local seguro para guardar documentos que contavam relatos de violações de direitos humanos. Entretanto, esse acervo nunca se tornou público, apesar de decisões da Justiça Federal de Brasília e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como a pedido da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Após o fim do regime militar, as Forças Armadas afirmaram que todos os seus arquivos a respeito do período que acabara, haviam sido destruídos sem deixar registro. Segundo Figueiredo esta afirmação não era crível, pois como eles teriam jogado fora documentos a respeito da guerrilha do Araguaia (1967-1974), a maior mobilização de soldados brasileiros depois da Segunda Guerra Mundial. Além disso, esse material seria essencial para o treinamento e aprimoramentos das tropas para lidar com estratégia e táticas de combate e defesa. Mesmo com o fim do regime, a política do sigilo permaneceu primeiramente, com os dizeres do presidente da República eleito à época e falecido na sequência Tancredo Neves (1985), implantada por seu sucessor José Sarney (1985-1990) e subsequentemente, mantido pelos demais presidentes, Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Sendo que este último se utilizou de todos os recursos jurídicos para não cumprir com a decisão da Justiça Federal de Brasília, a respeito dos documentos referentes à guerrilha do Araguaia. Além disso, no fim de seu mandato decretou a prorrogação do prazo máximo de sigilo e criou a figura do sigilo eterno para os documentos classificados como ultrassecretos. Com a entrada do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) os documentos continuaram intocáveis, pois esse deu segmento ao decreto e as práticas jurídicas de seu antecessor para manutenção dos sigilos. A extinção da figura do sigilo secreto só se deu com a posse da presidenta Dilma Rousseff, que estabeleceu como prazo máximo para manutenção do sigilo de documentos ultrassecretos, 25 anos. Contudo, ela não promoveu o acesso aos documentos que ainda se encontram, segundo evidências, em posse das Forças Armadas. De acordo com Figueiredo, o Brasil é o que detém o maior acervo público referente ao período de repressão ocorrido nos países da América Latina. O autor lamenta o posicionamento dos governos civis que sucederam o regime militar, por não abrir seus acervos na busca de evitar problemas. Devido a isso Figueiredo afirmou, que “a democracia, é claro, sofre com a pouca transparência das instituições do Estado. E a administração pública perde em eficiência, devido às dificuldades impostas à sociedade para fiscalizar a atuação de agentes do Estado”. (O Estado de S. Paulo – Caderno Aliás – 11/10/15)

### 3- Comandante do Exército declarou que a instituição terá que agir no caso de uma crise social

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, na ocasião de uma videoconferência para 2000 oficiais temporários da reserva, os R2, no dia 09/10/15, afirmou que a atual crise que o Brasil passa corre o risco de virar uma “crise social”, com consequências negativas sobre a estabilidade, o que diria respeito às Forças Armadas. A videoconferência foi transmitida para oito comandos pelo país e teve a presença do ex-governador do estado de Pernambuco, Roberto Magalhães. Segundo o periódico, o comandante, que foi escolhido para o cargo pela presidenta da República, Dilma Rousseff, no início de 2015, afirmou que não vê uma crise institucional e que as instituições funcionam, citando o Tribunal de Contas da União (TCU) no caso da reprovação das contas de Rousseff. A *Folha* questionou o Exército a respeito das afirmações feitas por Villas Bôas, a instituição respondeu com uma declaração de que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. A Força declarou também que “foi com o pensamento de legalidade, de estabilidade e de legitimidade que o comandante do Exército se referiu”. Em sua coluna para a *Folha*, o jornalista Janio Freitas questionou a quem se dirigida à fala de Villas Bôas. Segundo Freitas, a fala do general pode ser interpretada tanto como uma advertência quanto como um recado, de forma que é possível questionar se prevalece o sentido positivo ou negativo. De acordo com o jornalista, as considerações, que não foram feitas de forma ocasional, “interrompem a linha de distanciamento rigorosamente militar e constitucional que vinha desde o governo Lula”. O jornalista destacou a afirmação do general de que a atual crise “poderá se transformar numa crise social muito séria, com efeitos negativos sobre a estabilidade”, contexto no qual passaria, segundo o general, a dizer respeito diretamente ao Exército. Freitas observou que tais considerações, se difundidas em reunião restrita a militares, teriam outra dimensão institucional e seriam impróprias para divulgação. (Folha de S. Paulo - Poder - 14/10/15; Folha de S. Paulo - Poder - 15/10/15)

### 4- Coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra faleceu em Brasília

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, na madrugada do dia 15/10/15, o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra faleceu vítima de câncer e de complicações cardíacas, na capital federal Brasília. De acordo com o periódico, nos últimos anos, procuradores da República tentavam processá-lo por tortura e morte de militantes presos durante o período em que comandou Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, na cidade de São Paulo, entre os anos de 1970 e 1974, durante o regime militar (1964-1985). O diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política e ex-presso político, Ivan Seixas, declarou que com a morte do coronel, apesar da preocupação com o fato de seus atos não terem sido julgados, o mais importante é que militares como Ustra indiquem a localização de desaparecidos, pois “ele e outros estão morrendo e não estão falando. É lamentável que eles morram e levem com eles esses segredos”. Segundo Maria Amélia Teles, presa no ano de 1972 com seu marido e torturada por Ustra diante de seus filhos, o coronel “tinha que ter sido condenado”, mesmo após ter sido declarado torturador em 2008 pela Justiça e em 2014 pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade. Ainda, de acordo com Teles,

o coronel “fica na História como torturador”. Ademais, o Clube Militar afirmou, em nota, que Ustra, enquanto militar, “teve que enfrentar difíceis situações, num período conturbado para o Brasil e para seu Exército” e “sempre cumpriu as missões recebidas com o máximo de dedicação e proficiência, conquistando o respeito e a admiração dos que tiveram o privilégio de com ele servir”. Ainda, de acordo com o jornal, o Exército foi procurado, mas não se manifestou. (O Estado de S. Paulo – Política – 16/10/15)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROEX); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)